

Festas para a glória da Coroa: as festas oficiais na Colônia do Sacramento

Paulo César Possamai*

Resumo: Este artigo pretende fazer uma breve narrativa das principais festas públicas realizadas na Colônia do Sacramento por ordem dos governadores durante o século XVIII. O objetivo da descrição dessas festas é analisar o seu caráter de propaganda, que visava exaltar a glória da monarquia portuguesa.

Palavras-chave: festa, poder, representação

Abstract: This article intends to create a short narrative about the main public festivities performed in Colônia do Sacramento by its governors during the 18th century. The purpose of the description of these festivities is to analyze their propagandistic nature, which had the objective of praising the glory of the Portuguese monarchy.

Keywords: festivity, power, representation

A Colônia do Sacramento foi fundada à margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo, obedecendo ao plano do príncipe regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América a fim de assegurar vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa. Porém, se a metrópole espanhola estava enfraquecida, a isolada fortaleza de D. Manuel Lobo não pôde resistir ao ataque combinado das forças coloniais espanholas e dos exércitos indígenas das missões jesuíticas, grupos para os quais a presença portuguesa no Rio da Prata constituía uma grande ameaça. A destruição de Colônia, levada a cabo oito meses após sua fundação, levou D. Pedro a ameaçar a Espanha com uma guerra, impasse que foi resolvido com a restituição do território de Sacramento através do Tratado Provisional de 1681. A fraqueza da Espanha, obrigada a ceder por meio da diplomacia o que seus vassalos na América haviam conquistado pelas armas, voltaria a se repetir em 1715 e ainda em 1763, refletindo a contradição que podia haver entre os interesses na defesa dos domínios ultramarinos e a posição da metrópole na conjuntura européia.

A história da Colônia do Sacramento apresenta diversas facetas que foram diferentemente realçadas pelos historiadores de acordo com as suas próprias opiniões. Centro de contrabandistas, mas também posto avançado da fronteira, Sacramento é um tema

* Doutor em História Social pela USP, professor adjunto da UFRN.

fascinante pela sua história *sui generis* dentro do quadro do sistema colonial da América portuguesa, onde a riqueza estava na agricultura ou nas minas e as invasões estrangeiras constituíram-se em episódios isolados e inconstantes.

A conturbada história de Colônia possui características específicas que ligam-na mais com as praças do norte da África ou da Índia que com a América portuguesa, pois lá, como no Rio da Prata, as feitorias e cidades fortificadas, que inicialmente se destinavam a controlar e proteger o comércio, não conseguiram expandir seu domínio pelo interior, onde encontraram forte oposição dos potentados locais. O armistício de 1737, que encerrou um sítio de quase dois anos a Sacramento, manteve o *status quo* entre os reinos ibéricos na América, possibilitando aos espanhóis a conservação de um estreito campo de bloqueio à Colônia do Sacramento, situação que leva a compará-la à também estratégica posição de Gibraltar, possessão inglesa na costa sul da Espanha.

Outra importante especificidade da Colônia do Sacramento era que, pelo fato de ser uma praça encravada em território disputado entre Espanha e Portugal, a mesma deveria servir como uma espécie de vitrine do poder da Coroa portuguesa aos estrangeiros. De fato, para a mentalidade barroca, a realidade abstrata tinha de ser ilustrada pela sua metáfora e, portanto, a imagem do poder chegava a ser quase tão importante quanto ele próprio, devendo, pois, traduzir-se através do brilho e do esplendor.

O monarca que, por excelência, encarnou o absolutismo foi o rei Luís XIV da França. A hierarquização da sociedade francesa, representada pela etiqueta que regia a vida na corte, foi admirada e serviu de modelo para as outras monarquias européias. A estrita obediência da etiqueta, pela qual o soberano “aproveitava suas atividades mais particulares para marcar as diferenças de nível, distribuindo suas distinções, provas de favorecimento ou desagrado” (ELIAS, 2001: 102), garantia a proeminência do rei na sua corte. Porém, para manifestar o poder do monarca fora de sua capital havia dois meios: as guerras expansionistas ou a representação do poder da Coroa por meio de festas espetaculares. Luís XIV utilizou ambas estratégias.

Enquanto as monarquias rivais preferencialmente se serviam da guerra como instrumento de prestígio, D. João V buscou o mesmo através da diplomacia, desviando para os domínios ultramarinos todas as ambições de glória de seus vassalos através do serviço militar. Mas, se a política de pacifismo iniciou-se com o fim da Guerra de Sucessão Espanhola, a ambição de equiparar a monarquia portuguesa com as principais cortes católicas européias era um sonho antigo, que vinha do tempo da Restauração. Timidamente esboçada durante o reinado de D. Pedro II, no período joanino desenvolver-se-ia uma política de

espetáculo que seria utilizada pela Coroa como afirmação grandiosa de soberania e instrumento de negociação (PIMENTEL, 1992: 76).

Segundo Jaime Cortesão, foi o ouro brasileiro que deu a D. João V as condições necessárias para implementar sua política de espetáculo, situação que explica o anacronismo de Portugal se tornar o país mais tipicamente barroco no século XVIII, quando esse estilo de arte e de vida já não era mais predominante na maior parte da Europa. Outro fator que teria contribuído para a duração da era barroca em Portugal seria a constituição da sociedade portuguesa, na qual faltava uma burguesia forte, circunstância que tornava o domínio da aristocracia incontestável (CORTESÃO, 2001: 88).

D. João V, respaldado pelos quintos do ouro brasileiro, iniciou um reinado inspirado no de Luís XIV. Em 1708, uma brilhante embaixada portuguesa foi enviada a Viena para ajustar o casamento do rei com a arquiduquesa Mariana. Em 1713 e 1714, foram dadas festas memoráveis em Utrecht em comemoração aos nascimentos dos príncipes D. Pedro (em breve falecido) e D. José, o futuro herdeiro do trono. Em 1715, o embaixador português fez uma esplêndida entrada em Paris, quando foram distribuídos, à mão larga, dinheiro e objetos de valor entre os cortesãos de Luís XIV, enquanto às pessoas que acompanharam o cortejo foram distribuídas duzentas medalhas de ouro e mil de prata com a efígie do rei de Portugal.

O fausto da entrada em Paris seria superado, três anos depois, quando André de Melo e Castro, elevado ao cargo de embaixador extraordinário junto à Santa Sé, fez sua entrada oficial em Roma. Foi tão rica a comitiva portuguesa que, por largos anos, os demais países europeus deixaram de organizar entradas solenes de embaixadores na Cidade Eterna, já que nenhum se propôs a igualar a cerimônia patrocinada pelos portugueses. Outra embaixada, desta vez enviada à corte de Pequim, entre 1725 e 1728, serviu de nova ocasião para alardear a riqueza e o poder de D. João V, quando foram enviados riquíssimos presentes ao imperador da China (BEBIANO, 1987: 109-118).

Contudo, foram os casamentos entre os príncipes do Brasil e das Astúrias com as infantas Mariana Vitória de Bourbon e Maria Bárbara de Bragança, na fronteira luso-espanhola em 1729, que deram lugar “a um dos mais impressionantes momentos de visualização do fausto joanino, num espetáculo sem precedentes de rivalidade e emulação entre duas Cortes que coincidem no mesmo local”(PIMENTEL, 1992: 78).

Se a representação faustosa da Coroa portuguesa era importante nas cortes estrangeiras e na metrópole, também o era no império colonial, onde, “embora o rei não estivesse presente fisicamente, de certo o estava no que dizia respeito ao seu segundo corpo, político ou místico, como queiramos chamar” (MONTEIRO, 2002: 168). O monarca poderia

ser representado pelo seu retrato, como fez o governador de Colônia, Luiz Garcia de Bivar, ao apresentar uma pintura de D. José I ao povo, durante a festa em homenagem a sua aclamação. Segundo Maravall, as “manifestações sociais da festa barroca ganham realce entre si, e juntas, por sua vez, devem dar a medida da potência daquele que a tornou possível” (MARAVALL, 1997: 377).

Para Jaime Cortesão:

O barroco foi em Portugal, mais do que em nenhures, um estilo de império. Para exprimir, quer a onipotência dum regime – o absolutismo – e duma classe – a nobreza, quer a majestade do divino, o artista, na lógica do barroco, funde todos os elementos do fausto imperial. (...) E é no Brasil, que o barroco, de origem e importação portuguesa, se tornou por definição o estilo dum Estado colonizador e absolutista e, por consequência, o mais apropriado para exprimir em arte, por todos os ilusionismos duma força e grandeza sem limites, o domínio da Coroa sobre os seus vassalos (CORTESÃO, 2001: 85-86).

Como praça fronteira ao império colonial espanhol, a Colônia do Sacramento não deixou de participar da política de glorificação da monarquia portuguesa. Em janeiro de 1730, para festejar o casamento do príncipe D. José com a infanta D. Mariana Vitória, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos tomou a seu encargo a realização de uma grande festa, uma vez que o povoado não tinha câmara, a quem incumbia a organização de semelhantes eventos.

O governador salientou a importância da realização do festejo em Colônia, dizendo que “foi forçoso encarregar-se dele, e sem atender à despesa, nem à circunstância de cair em empenho, por ser aquela praça fronteira, e irem testemunhá-lo de Buenos Aires pessoas graves e de caráter, que aceitaram seu convite”. As festividades constaram de “três noites de luminárias, fogos de artifício e descargas de artilharia, festa de igreja acabando por uma solene procissão, cavalhadas, touradas e comédias, dando trinta dias sucessivos, que durou a festividade, mesa pública às pessoas de distinção e aos vizinhos hóspedes¹”.

Características das festas barrocas, as luminárias e os fogos de artifício garantiam o caráter espetacular da comemoração. Segundo Maravall, “com suas luzes, essas artes correspondiam ao afã de deslocar o dia para a noite, vencendo a escuridão por meio de puro artifício humano” (MARAVALL, 1997: 384). Outro elemento importante da celebração era o caráter religioso vinculado à mesma, com a realização de missa solene e procissão, pois assim “a potestade divina e a potestade civil que amparava e honrava a primeira na terra ficavam igualmente enaltecidas” (MARAVALL, 1997: 378).

¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 03 de julho de 1734. IHGB, Arq. 1.1.26, f. 204v.

Para além da função de glorificação da monarquia, a festa contribuía para a aproximação dos povos, pois tudo indica que o convite “à nobreza e [aos] militares da cidade de Buenos Aires” para celebrar os casamentos reais em Sacramento ajudou a melhorar as relações entre portugueses e espanhóis. O governador Antônio Pedro de Vasconcelos informou à Coroa que o governador de Buenos Aires lhe escrevera que “os convidados voltavam mui agradados do agasalho e cortejo que lhe fez pelo decurso de trinta dias que ali se detiveram, experimentando desde então distinta correspondência do que até ali tinham²”.

Que as festas realizadas em Sacramento tinham um caráter propagandístico que visava à glorificação da pessoa do rei e da Coroa portuguesa, servem de prova a publicação, em castelhano, da relação dos festejos, como também do sermão a São Pedro de Alcântara, pregado em Colônia por ocasião da dedicação de uma nova capela em homenagem ao santo durante as festas em comemoração ao casamento dos príncipes (ALMEIDA, 1961: 165). Como ressalta Megiani, a impressão dos relatos das festas oficiais era um elemento muito importante da propaganda monárquica, pois visava transformar as imagens em memória (MEGIANI, 2004: 189).

Outra festa, cujo relato possuímos, foi realizada no ano de 1752 para celebrar a aclamação de D. José I. Em primeiro de fevereiro, acompanhado pelos oficiais militares, o governador Luiz Garcia de Bivar dirigiu-se à igreja matriz para assistir à benção do estandarte real. O fim da cerimônia foi saudado com uma salva de artilharia. No seguimento, o meirinho, o escrivão e o porteiro saíram acompanhados de trombetas para proclamar pela praça o bando do governador que ordenava três dias de luminárias em honra ao novo monarca.

Na manhã do dia 2, reuniram-se na casa do governador os funcionários reais, os oficiais militares, o clero e seis representantes da comunidade dos comerciantes. Procedido por trombetas e timbales e escoltado pela companhia de granadeiros, o grupo percorreu as principais ruas do povoado até chegar ao arco triunfal montado na praça. Ali, à vista da tropa formada, o governador subiu numa plataforma onde fez correr as cortinas de dossel, apresentando, assim, o retrato do novo rei de Portugal à população e à tropa. Aos vivas juntaram-se descargas de mosquete e salvas da artilharia da praça, da fortaleza da ilha de São Gabriel e dos navios que se encontravam no porto. O cortejo então se dirigiu para a igreja matriz, especialmente enfeitada e iluminada para a ocasião, onde se entoou um solene *Te Deum*, acompanhado pelos músicos que o governador contratou em Buenos Aires. Após colocar-se o estandarte real ao lado do evangelho, celebrou-se a missa, cujo fim foi saudado por nova salva de artilharia.

² Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de abril de 1730. *IHGB*, Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

Durante três dias, Luiz Garcia de Bivar ofereceu bailes de máscaras e jantares a mais de setenta “pessoas de distinção”, entre as quais, alguns convidados de Buenos Aires. No terreiro em frente ao portão, realizaram-se as atividades ao ar livre que incluíram a apresentação de exercícios militares realizados pela companhia dos granadeiros, cavalcadas e touradas, para as quais foram contratados toureiros espanhóis. Numa sala do trem, os convidados puderam assistir a danças, uma tragicomédia apresentada pelos estudantes, e duas comédias, uma portuguesa e uma espanhola.

Todavia, os festejos não se limitaram à elite, pois o governador libertou presos e fez repartir esmolas entre os pobres. Durante os seis dias de festa, liberou-se o uso de máscaras, mas o governador fez questão de recomendar “sossego com a ameaça do castigo”. Bivar fez questão de frisar na relação das festas que elas foram realizadas sem os recursos da Fazenda Real, mas com seus próprios meios, sendo ajudado nas despesas por seis pessoas dentre os principais moradores da Colônia do Sacramento³. Contribuir para as comemorações ligadas à casa real significava mostrar engajamento e fidelidade à instituição monárquica. Como ressalta Maravall, a festa na época barroca era “um instrumento, até mesmo uma arma, de caráter político. Deram-se conta disso reis e ministros que gastavam em festas o que não podiam” (MARAVALL, 1997: 382).

Em janeiro do ano seguinte, foram realizados novos festejos, por ocasião da chegada a Colônia do general Gomes Freire de Andrade, encarregado pela Coroa de chefiar a comissão demarcadora portuguesa do Tratado de Madri no sul. No dia 25, Gomes Freire se encontrou com o governador Luiz Garcia de Bivar a um quarto de légua de Colônia. O governador o esperava acompanhado de trinta dragões montados, com seus oficiais. A comitiva seguiu, então, para o povoado, encontrando-se com a infantaria próximo à chácara do almoxarife, ainda fora dos muros da praça. Ao chegar ao portão, todos desmontaram, sendo que o general foi recebido por seis oficiais das ordenanças, que representavam os oficiais da Câmara, inexistente em Sacramento. Sob o pátio que sustentavam os oficiais, Gomes Freire ouviu o discurso do governador e recebeu do sargento-mor as chaves da praça numa bandeja de prata.

O cortejo seguiu então para a igreja, sendo o pátio acompanhado pela Companhia de Granadeiros, que seguia o general em duas alas. Antes de chegar à matriz, onde foi cantado um *Te Deum*, Gomes Freire foi saudado pela artilharia da praça e do forte de São Gabriel com 21 tiros, o que voltou a se repetir quando o cortejo deixou a igreja. O general foi hospedado na casa do governador, onde foi brindado com uma ceia na qual compareceram mais de trinta

³*Relação das festas que fez Luiz Garcia de Bivar*. Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1753.

peessoas. Os banquetes se repetiram nos dias seguintes com a participação dos oficiais e na noite do dia 26 foi realizado um sarau com mais de trinta mascarados, todos vestidos com guarnições de ouro e prata e ensaiados pelo mestre de dança André da Costa, bem conhecido em Lisboa. Na noite do dia 27, houve um concerto de cinco rebecas, sendo tocadas muitas sonatas e cantadas muitas árias italianas.

No dia 19 de fevereiro chegou ao Arraial de Veras o marquês de Valdelírios, comissário espanhol para a demarcação no sul. Gomes Freire foi buscá-lo na carruagem do governador, acompanhado de alguns oficiais. A artilharia da praça saudou o marquês com 21 tiros e a infantaria com três descargas. Nos dias seguintes, renovaram-se as festas. No dia 20 houve um concerto de música; no dia seguinte, sarau com mais de cinquenta mascarados e grande mesa de doces e no dia 25 cavalhadas durante o dia e sarau à noite (GOLIN, 1998: 255-261).

A preocupação em garantir que os grandes acontecimentos da corte fossem condignamente festejados na Colônia do Sacramento servia para fazer ver aos estrangeiros, principalmente aos espanhóis, o poder e a riqueza do monarca lusitano. Negligenciar as festividades seria ofuscar o brilho da Coroa portuguesa frente à espanhola, uma vez que em Buenos Aires realizavam-se festas públicas por ocasião da proclamação dos monarcas, quando se seguiam dias de festas marcadas por luminárias, mascaradas, representações teatrais, jogos, corridas de touros e outros divertimentos (TORRE REVELLO, 1943: 31-32).

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Manuel Lopes de (org.). **Notícias Históricas de Portugal e Brasil (1715-1750)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1961.
- BEBIANO, Rui. **D. João V, Poder e Espectáculo**. Aveiro: Estante, 1987.
- CORTESÃO, Jaime. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001, tomo 1.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- MARAVALL, José Antonio. **A Cultura do Barroco**. São Paulo: Edusp, 1997.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. **O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581 a 1619)**. São Paulo: Alameda, 2004.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O Rei no Espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2002.

PIMENTEL, António Filipe. **Arquitectura e Poder:** o real edifício de Mafra. Coimbra: Instituto de História da Arte, Universidade de Coimbra, 1992.

TORRE REVELLO, José. **Crónicas del Buenos Aires Colonial.** Buenos Aires: Bajel, 1943.